

Três pontos que o Brasil CORREIO BRAZILIENSE não negocia

São Paulo — O Brasil tem apenas três pontos que considere inegociáveis com os bancos: 1) o fechamento das negociações com a banca internacional sem acordo prévio com o Fundo Monetário Internacional; 2) a suspensão da moratória somente ocorrerá após o encerramento das negociações; e 3) o Brasil exige o direito de fazer seus próprios títulos para que eles sejam negociados voluntariamente com os bancos.

“Fora isso, o Brasil pode negociar qualquer coisa”, disse ontem o ministro Bresser Pereira, ao sair de sua reunião com empresários da Câmara Britânica de Comércio, no Brasilton Hotel.

Nas diversas vezes que fez pronunciamento ontem, o ministro mostrou sua preocupação com o terceiro item. Segundo ele, os bancos privados são regidos por diversos acordos entre si. Por isso, poderão apelar para uma cláusula jurídica que impedirá o Brasil de lançar novos títulos que substituam outros que já são negociados com deságio no mercado internacional. Bresser Pereira fez questão de enfatizar que a posição do Brasil é conciliatória e flexível, desde que seus interlocutores sejam flexíveis também. Por isso, ele não acredita que o Brasil tenha seus créditos desclassificados pelo governo americano no próximo dia 26. “Essa decisão só traria problemas para o Brasil, para os bancos credores e para o próprio governo americano”, acrescentou.

O ministro ressaltou que o Brasil só poderá fazer um pagamento simbólico dos juros da dívida se houver alguma con-

trapartida dos banqueiros que represente avanços nas negociações. Mas, condicionou esse pagamento ao seu simbolismo: “Só pagaremos uma pequena quantia”.

Esse pagamento não significa o fim da moratória para Bresser Pereira. Em sua opinião, há dois tipos de pessoas que imaginam que esses pagamentos representem a suspensão da moratória: os nacionalistas extremados e os banqueiros.

Os nacionalistas extremados porque consideram uma quebra de princípios a realização de qualquer pagamento. Os banqueiros porque entendem que o Brasil deve pagar dois meses de juros atrasados, algo em torno de 900 milhões de dólares. “Isso não é pagamento simbólico coisa alguma”, esclareceu.

O ministro Bresser Pereira manifestou sua preocupação com a possibilidade de um crescimento mas demandas salariais no Brasil. Em seu entender, elas “não produzirão fortes impactos na inflação se forem razoáveis. Mas, poderão criar problemas se forem exageradas”.

“O Governo não permitirá que os aumentos sejam repassados para os preços, mas sempre poderá surgir algum tribunal que autorize as empresas a repassarem esses custos. Nesse caso, a inflação aumentará”, assinalou.

Bresser negou que os salários estejam indexados atualmente. Disse que o Governo limita-se a permitir antecipações salariais mês a mês, com base na URP (Unidade de Referência de Preços). “Nas datasbase”, frisou, “as diversas categorias podem negociar livremente os seus acordos salariais”.